técnico superior assessor principal (área de comunicação social e relações públicas) da carreira de técnico superior, escalão 2, índice 770, com efeitos reportados a 19 de Maio de 2005.

15 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215815

Aviso n.º 79 DRH/SR/06

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal n.º 825/PCM/2006, de 28 de Agosto de 2006, foi Maria João Varela Macau, provida na categoria de técnico superior assessor principal da carreira de técnico superior, escalão 1, índice 710, com efeitos reportados a 31 de Janeiro de 2006.

15 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215814

Aviso n.º 80 DRH/SR/06

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 22 de Agosto de 2006, foi nomeada para o cargo de chefe de Divisão de Comunicação Social e Relações Públicas em regime de substituição por vacatura do lugar, Maria Leonina Coutinho de Sousa.

A presente nomeação produz efeitos reportados a 1 de Setembro de 2006, devendo a mesma aceitar o lugar no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

12 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215813

Aviso n.º 81 DRH/SR/2006

Contratos

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados os seguintes contratos a termo resolutivo certo por meus despachos de:

11 de Julho de 2006, Pedro Martins Serra, como apontador, pelo período de um ano.

11 de Setembro de 2006, Ricardo Jorge Mendes Lara Cardoso Caliça, como mecânico, pelo período de um ano.

14 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215812

Aviso n.º 82 DRH/SR/2006

Nomeação

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 13 de Setembro de 2006, Rogério Miguel Mota Ferreira foi nomeado provisoriamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe, nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, após ter sido dispensado da frequência de estágio de ingresso por estarem reunidos os requisitos que o permitem, devendo o mesmo tomar posse no prazo de 20 dias contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

14 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215811

Aviso n.º 83 DRH/SR/06

Exoneração

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da vereadora do Pelouro de Recursos Humanos, Património e Acção Social datado de 13 de Março de 2006, foi autorizado o pedido de exoneração de Ana Sofia Morgado Henriques, com efeitos a partir daquela data.

15 de Setembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000215810

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

Aviso n.º 62/2006

Discussão pública do projecto da operação de loteamento com as obras de urbanização designado por «Zona de Actividades Logísticas — Pólo B — Sines».

Manuel Coelho Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Sines, faz público, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que se encontra em discussão pública, por um período de 15 dias contados a partir do oitavo dia ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o projecto de operação de loteamento designado por «Zona de Actividades Logísticas de Sines — Pólo B», acompanhado dos respectivos pareceres, que corresponde aos prédios sítos na Zona Industrial Logística de Sines:

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 1825/050595, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 68, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 1829/080595, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 52, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 2109/141295, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2, secção L;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3644/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 43, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3650/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 38, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3651/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 36, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3654/010402, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 35, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3669/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 11, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3672/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 10, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3673/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 37, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3676/140602, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 71, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3689/250902, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 42, secção K;

Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sines sob o n.º 3712/170203, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 70, secção K.

É requerente API-PARQUES — Gestão de Parques Empresariais, S. A.

Os interessados poderão, no prazo fixado, consultar o presente projecto, todos os dias úteis, das 9 horas às 15 horas e 30 minutos, na Câmara Municipal de Sines, Secção Administrativa de Urbanismo, Edifício Técnico, Estrada na Nossa Senhora dos Remédios, São Mar-

cos, e se o entenderem, apresentar por escrito, exposições, reclamações ou sugestões e pedidos de esclarecimento, relativas ao mesmo.

31 de Julho de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (Assinatura ilegível).
1000305764

CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE

Aviso n.º 90 CM

Concurso interno geral de ingresso

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 16 de Agosto de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso para o provimento de um lugar de chefe de repartição.

1 — Prazo — o prazo de apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso de abertura de concurso no *Diário da República*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

2 — Validade do concurso — o presente concurso é válido para a vaga posta a concurso, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — O concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho; 238/99, de 25 de Junho; 353-A/89, de 16 de Outubro, com as respectivas alterações; 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro); 404-A/98, de 18 de Dezembro; 412-A/98, de 30 de Dezembro; Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e demais legislação aplicável.

4 — Vencimento — o que resultar do novo posicionamento na escala indiciária em função do índice e escalão detido pelos candidatos, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e as condições de trabalho e regalias sociais são as vigentes para os funcionários e agentes da administração local.

5 — O local de trabalho é na área do município de Soure.

6 — Conteúdo funcional — o constante no Despacho n.º 10 688/99, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 31 de Maio.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — Requisitos especiais — os mencionados no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Soure, podendo ser utilizado papel de formato A4 ou modelo próprio existente nesta Câmara Municipal, devendo ser entregues pessoalmente na Secção de Pessoal, ou enviadas pelo correio, com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Soure, 3130-218 Soure, até ao último dia do prazo estabelecido no respectivo aviso.

8.2 — Nos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte fiscal e residência completa);

b) Habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

c) Todos os candidatos deverão proceder à indicação da categoria que possuem, serviço a que pertencem, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública, e qual a classificação de serviço dos últimos três anos;

d) Quaisquer circunstâncias que se repute necessárias à apreciação do seu mérito, devendo, neste caso, apresentar documento que comprove tais circunstâncias, sob pena de não serem consideradas.

8.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Declaração autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria que detém e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

b) Fotocópias do bilhete de identidade e número de contribuinte;

c) *Curriculum vitae*, devidamente assinado e datado;

d) Quaisquer outros documentos comprovativos das circunstâncias indicadas como relevantes para apreciação do mérito, designadamente a frequência de cursos de formação.

As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

É dispensada a apresentação de documentos desde que o candidato declare, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente às alíneas a), b), c), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.4 — Os funcionários pertencentes ao quadro de pessoal privativo da Câmara Municipal de Soure, são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos exigidos para a admissão ao concurso, desde que os mesmos constem do respectivo processo individual, com excepção do mencionado na alínea c) do n.º 8.3 do presente despacho.

9 — Métodos de selecção — avaliação curricular, prova de conhecimentos teórica escrita e entrevista profissional de selecção:

a) Avaliação curricular — através da qual se avaliarão as aptidões dos candidatos ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica de base, a formação, a qualificação e experiência profissionais na área para a qual o concurso é aberto e terá carácter eliminatório;

b) Prova de conhecimentos — visa avaliar os níveis de conhecimentos no âmbito de cultura geral, académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício da respectiva função e terá carácter eliminatório;

c) Entrevista profissional de selecção — determina e avalia, numa relação interpessoal de forma objectiva e sistemática, as capacidades e aptidões do candidato, por comparação com o perfil de exigências de funções.

As regras a observar na valorização dos diversos elementos serão as seguintes:

9.1 — AC = avaliação curricular:

$$AC = \frac{(1 \times HL) + (1 \times EP) + (2 \times CS) + (1 \times FQP)}{5}$$

em que:

HL = habilitações literárias:

a) Habilitações literárias exigidas para o efeito — 19 valores;
b) Habilitações de grau superior à anteriormente referida — 20 valores.

EP = experiência profissional:

$$EP = \frac{(A \times 6) + (B \times 2) + (C \times 1)}{9}$$

em que:

A = tempo de serviço na categoria de chefe de secção ou função de coordenação e chefia;

B = tempo de serviço na administração local;

C = tempo de serviço prestado noutras entidades em funções de coordenação e chefia.

A contagem do tempo de serviço será feita em anos completos (1 ano = 365 dias).

Os resultados obtidos em cada factor de ponderação serão sempre graduados de 0 a 20 pontos.

CS = classificação de serviço — a determinar com base na média das classificações obtidas nos anos relevantes para efeito de admissão a concurso, efectuando a correspondência das respectivas menções qualitativas para a escala de 0 a 20 pontos de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho.

FQP = formação e qualificação profissional — neste campo serão avaliadas as acções de formação, aperfeiçoamento profissional e qualificação, relacionadas com a relação funcional do lugar a prover:

Até 7 horas de formação — 3 valores;

> 7 horas ≤ 21 horas de formação — 6 valores;

> 21 horas ≤ 30 horas de formação — 15 valores;

> 30 horas de formação — 20 valores.

Os resultados obtidos em cada factor de ponderação serão sempre graduados de 0 a 20 valores.

9.2 — Prova de conhecimentos teórica escrita — consistirá numa prova escrita — teste tipo americano —, que tem carácter elimina-